

VRB MOV EST RJ P/A

SE
LIGA
NO

Sinal

INFORMATIVO DO CEPEL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DA LEOPOLDINA
ANO 3 • NÚMERO 17 • JUNHO/JULHO DE 94

CPV
19 AGO 1994
Setor de Documentação

POLUIÇÃO: A SAÚDE FORA DO AR

PÁGINA CENTRAL



Foto: Kita Eiber

SE LIGA NO
Sinal

SISTEMA DE INFORMAÇÕES A
NÍVEL LOCAL

JORNAL BIMESTRAL PUBLICADO
PELO CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E PESQUISAS DA
LEOPOLDINA, ENTIDADE SEM
FINS LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS
POPULARES DA REGIÃO DA
LEOPOLDINA.

Comissão Editorial

ÂNGELA RIBAS
CRISTINA (KITA) EITLER
DÉBORA PIRES GARCIA
EDUARDO STOTZ
ERNANI A. DA CONCEIÇÃO
HOMERO T. DE CARVALHO
LIDIA DE OLIVEIRA LOPES
LUIZA CASTIGLIANI LARA
ROSELY MAGALHÃES DE OLIVEIRA
VICTOR VINCENT VALLA

Apoio Administrativo

EDSON SANTOS SAMPAIO
MARGARETH F. T. DE OLIVEIRA
(SECRETÁRIA)

Jornalista Responsável

HOMERO TEIXEIRA DE CARVALHO
MTb 1127/05/65v - PR

Coordenação de Produção

KITA EITLER

**Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica**

CACO CHAGAS
(CONCRETA PROPAGANDA E
MARKETING)

Capa

KITA EITLER

Tiragem

2.000 EXEMPLARES

Apoio

JUVENTUDE CATÓLICA AUSTRIACA

O CEPEL AUTORIZA A REPRODUÇÃO
TOTAL OU PARCIAL DOS ARTIGOS
DESTE JORNAL, BEM COMO SUA
UTILIZAÇÃO PARA FINS EDUCATIVOS.
SOLICITAMOS CITAÇÃO DA FONTE E
O ENVIO DE CÓPIA EM CASO DE
PUBLICAÇÃO.



EDITORIAL

A caixa de ressonância, o Plano Real e o sonho.

No momento em que escrevemos ainda não sabemos se o Brasil terá sido tetra campeão mundial de futebol. De qualquer forma, se o tetra não se confirmou, o técnico Parreira, em plena polêmica sobre os destinos da nossa seleção, logo após o empate com a Suécia, deu sua contribuição para a compreensão do papel que cabe a nós, aqui na torcida, nas grandes jogadas da sociedade brasileira. Perguntado do que achava da opinião do povo sobre a escalação, sacou: "Ora, o povo é só uma caixa de ressonância. Depende do que vocês dizem... (a imprensa). Só isso."

Talvez justamente por ser simplória, a definição sintetiza com perfeição a idéia que a elite brasileira, toda ela - econômica, social, "política", "intelectual", e agora sabemos, até a esportiva - faz da população, ou do que ela chama de "o povo". A nova definição do técnico da nossa seleção indica o velho autoritarismo de sempre, pois na verdade em vez de definir, determina um papel, delimita uma função: ao povo, ao invés da opinião que pode alterar o ritmo das coisas, cabe o palpite (a ressonância).

Ao contrário do que possa parecer, não se trata de simples preconceito. Trata-se de uma concepção sobre a população, aplicada em todas as relações sociais no país, e que tem um papel a cumprir na manutenção da exclusão de amplas faixas da população do acesso a bens e serviços de toda a sociedade.

Ainda agora, simultaneamente à Copa do Mundo, a mesma idéia foi empregada no lançamento do Plano Real. Uniram-se governo, empresários e meios de comunicação na mesma tarefa de convencer a população que a ela só resta obedecer ... e entrar na fila dos bancos para trocar a moeda.

Resumindo mais esta tentativa de mudar tudo para ficar como está: quem tem emprego, ficou com o salário congelado por antecipação; os preços ficaram ao mesmo tempo liberados e subindo até que o "mercado" (a população consumindo o mínimo necessário para a sobrevivência?) deixe todos "alinhados"; o governo lamenta o descontrole mas "deixa a bola rolar", insinuando que a população é que deve

controlar o jogo (se o Plano não der certo, o culpado já está determinado); e os meios de comunicação, que afinal também tem seus próprios interesses na peleja, transformados em agências de propaganda de mais uma farsa redentora da nação, afastam qualquer possibilidade de crítica, única forma de manter esticado o couro da "caixa de ressonância". Esta convergência de interesses nos permite concluir que numa democracia funcionando desta forma, as elites não precisam mais apelar para a ditadura.

Mas no jogo em que se disputam os interesses da sociedade em 94, o lançamento do Plano Real marcou apenas o final do primeiro tempo. No segundo semestre, teremos as eleições gerais e acreditamos que nelas podemos ter a oportunidade de superar o papel de caixa de ressonância que nos impõem e desempenhar um papel ativo na definição de candidatos comprometidos com os interesses da maioria.

Na mesma entrevista a que nos referimos, Parreira, sem dúvida inspirado naquele dia, decretou também o fim do sonho e da magia no futebol, enaltecendo a supremacia do futebol técnico, limitado ao que for taticamente pré-determinado. Ora, é justamente no inesperado e na habilidade em lidar com ele que está o encanto do futebol. Ao contrário do que querem nos fazer crer os tecnocratas do Plano Real e do futebol, sem sonho e sem magia, no futebol como no jogo da vida, não vale a pena jogar.

**Governo,
empresários
e meios de
comunicação
uniram-se
para impor
o Real.**





PARTICIPAÇÃO POPULAR

Conselho Distrital de Saúde: legalizar para agir ou agir para legalizar?

Conselheiros querem começar a atuar mas Poder Público coloca obstáculos.

Se, de um lado, os Conselheiros Distritais de Saúde foram criados a partir da Lei No. 1.912 de autoria do Vereador Milton Nahon, é verdade também que todas as prefeituras do Brasil têm obrigação de criar tanto os Conselhos Municipais como os Conselhos Distritais de Saúde para poderem receber o repasse de verbas do Governo Federal para a área de saúde. Trata-se de uma decisão da Constituição Federal, e por esta razão não depende de uma vontade da prefeitura para estimular a participação da população.

Embora o processo de criação do Conselho do Distrito Sanitário da A.P. 3.1 tenha começado no segundo semestre de 1993, e ele vem se reunindo pelo menos uma vez por mês desde então, pouco se pode dizer de resultados concretos. Embora fosse realizada a Conferência Distrital de Saúde da A.P. 3.1 em outubro passado, e os conselheiros tivessem sido eleitos na mesma conferência, até hoje não se discutiu e voltou o relatório final, como não se sabe qual é o orçamento para o Distrito, nem quanto dinheiro está reservado para o funcionamento do Conselho.

A vontade do Conselho de respeitar as decisões da Conferência Municipal de Saúde onde foi aprovada a escolha do Coordenador Técnico das A.P.s por lista tríplice, bem como a vontade do Conselho Distrital da A.P. 3.1 de eleger um dos seus membros como seu presidente (tendo inclusive a A.P. 3.1 eleito um usuário para este cargo), têm sido os argumentos do Secretário Mu-

nicipal de Saúde para não reconhecer a legalidade do Conselho Distrital da A.P.

Não é direito do Secretário desrespeitar as decisões da Conferência Municipal de Saúde, e a instância dessa discussão não é nem com o atual Coordenador Técnico da A.P.

3.1 e nem com o Secretário Municipal de Saúde, mas, sim, com o Conselho Municipal de Saúde, do qual, o Secretário é apenas um dos membros, embora exerça a Presidência do Conselho.

Ao mesmo tempo, parece importante observar que o Vereador Milton Nahon falou recentemente para a Comissão Executiva do Conselho está sendo encaminhada para Câmara Municipal uma emenda substitutiva referendando as decisões da Conferência Municipal de Saúde. Mas o mais importante dessa discussão é que enquanto continua este conflito que certamente não interessa aos usuários, o Conselho não delibera e não executa as decisões que dizem respeito à saúde da população.

Proposta de mini-postos nos CIEPs indica o impasse

Nos últimos dias foi trazido

ao conhecimento da Comissão Executiva do Conselho Distrital um projeto da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde de implantar mini-postos de saúde em 27 CIEPs no município do Rio de Janeiro. No caso da A.P. 3.1, sete seriam implantados, seis no

Maré com experiência piloto, e um no Vigário Geral, dado a total ausência de serviços nesta área.

Embora haja um debate a ser feito se uma proposta deste tipo traria ou não melhorias da saúde da população, a Comissão Executiva, na sua última reunião no dia 21 de julho, observou que o importante neste momento não é tanto ser a favor ou contra a proposta, mas o que significa para o trabalho do Conselho Distrital, que é deliberativo. E como um dos conselheiros perguntou na reunião: "E se amanhã o Secretário aprovar o projeto e o Prefeito sancioná-lo, onde é a ação deliberativa do Conselho, ou é apenas um órgão decorativo?"

O impasse criado por esta questão permite que se vejam várias outras questões, sem resposta até hoje, que também estão relacionadas com a criação dos mini-postos:

1. Como o Conselho pode

deliberar sobre o assunto se não tem acesso ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde?

2. Qual é a parte deste orçamento que cabe à A.P. 3.1? Também até agora não se tem acesso a esses dados.

3. Como pode haver verba para este projeto e ao mesmo tempo desvios de verba da Secretaria Municipal de Saúde para outros órgãos? (Ver No. 16 do SE LIGA NO SINAL)

4. Por que saiu no Diário Oficial a publicação de verba para a construção de posto de saúde no Morro do Alemão, e não foi construído até hoje?

5. A falta de acesso da população às unidades de saúde não tem a ver com a redução de horário de atendimento do PAM-Penha, e o PAM-Ramos também com a ameaça de reduzir seus horários de atendimento?

Legalizar para agir ou agir para legalizar?

O que fica claro neste caso dos mini-postos é a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e o atual Coordenador Técnico da A.P. 3.1 de fornecerem os orçamentos tanto do Município como da A.P. 3.1 para o Conselho Distrital, como também submeter seus projetos para o mesmo Conselho Distrital para ele poder deliberar. Se não, não há Conselho Distrital, mas um grupo de cidadãos aprovando decisões tomadas de antemão.

Cabe aos usuários e aos profissionais do setor comprometidos com a saúde da popu-

lação, tomarem as decisões necessárias para garantir o bom uso do dinheiro público. Não pode ser o reconhecimento do nosso Conselho Distrital para Secretaria Municipal de Saúde que vá garantir a fiscalização dos Hospitais, PAMs e Centros Municipais de Saúde, mas sim a organização da população e a atuação dos usuários.

Há várias opções de ação possíveis para o nosso Conselho Distrital. Uma delas poderia ser a de encaminhar Ações Populares ao Ministério Público para garantir nossos direitos e pedir esclarecimentos sobre o desvio de verbas da área da saúde para outras áreas da prefeitura. O Conselho Nacional de Saúde e o próprio Ministério de Saúde também devem ser acionados. Mas, ao mesmo tempo, vamos começar a visitar e fiscalizar as unidades de saúde. E nosso direito de cidadão, e mesmo que não houvesse Conselho Distrital, continuaria a ser nosso direito.

Não podemos ficar esperando a legalização do nosso Conselho de uma prefeitura que não se interessa em socializar as informações dos órgãos públicos com a população e que tem o menor índice de aprovação da população no país: 59% consideram a atuação da prefeitura de ruim a péssima. (Folha de São Paulo)

Victor Vincent Valla

Representante do CEPEL dos usuários no Conselho Distrital de Saúde da A.P. 3.1.



PROBLEMAS QUE ESTÃO NO MAPA

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

As mudanças no clima e a poluição do ar

Estamos em pleno inverno e já a partir do mês de maio, com as alterações no clima da cidade, verificamos que os dias são mais "cinzentos". Quem sai de casa logo cedo pode observar que durante alguns meses o ar fica mais "enfumaçado".

Essas mudanças nas condições climáticas são consideradas normais no mundo todo, pois são fenômenos que ocorrem normalmente na natureza. Alguns meses porém, reúnem condições mete-

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.



Caju, na região portuária da cidade, o ar parece ficar mais "leve".

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

reológicas que favorecem o aumento dos índices de poluição do ar, o que se agrava ainda mais quando não há fiscalização e controle.

Por que a Leopoldina tem "um ar mais cinzento"?

Podemos dizer que é natural que em alguns meses do ano os dias fiquem mais "embaçados". Mas nas regiões onde o ar conta com uma concentração de poluentes maior podem ocorrer problemas sérios de poluição nesses meses. Como resultado, a qualidade do ar que respiramos fica bastante abaixo dos

limites considerados "toleráveis".

As regiões com concentração elevada de poluentes no ar apresentam maiores riscos para a saúde de seus habitantes e, nos meses mais críticos, os riscos aumentam ainda mais porque a dispersão dos poluentes no ar é menor. Este é o caso da Leopoldina.

Além de concentrar 15% de todas as indústrias do município, a Leopoldina comporta um tráfego intenso de veículos pesados (transporte de carga e passageiros) e de passeio que circulam principalmente pela Av. Brasil, principal via de entrada e saída da cidade, o que a caracteriza como área de passagem.

Assim, a poluição industrial soma-se a dos veículos movidos a

diesel (caminhões de carga, ôni-bus), que são aqueles que liberam mais poluentes atmosféricos. Como a região está localizada numa área da cidade em que a circulação dos ventos é baixa, esses fatores, associados a muitos outros, fazem com que ela apresente os piores índices de poluição atmosférica da cidade.

Essa situação não pode ser considerada natural, como aquela provocada apenas pela variação das condições climáticas, pois a poluição é perfeitamente controlável. A poluição do ar na Leopoldina é resultado de uma opção política em que as condições de vida da população é mantida em segundo plano.



Um Estado que realmente se preocupe com a saúde da população deve se equipar e atuar rigidamente no controle da poluição do ar. Este controle deve incluir a fiscalização, a atuação com multas, a interdição das principais fontes de poluição, até a execução de um planejamento urbano, onde a localização das indústrias e a concentração viária possam ser conciliadas com as exigências, tanto dos estabelecimentos industriais, locomoção e saúde da população. Enquanto isso não acontece, a população tem o direito de saber as

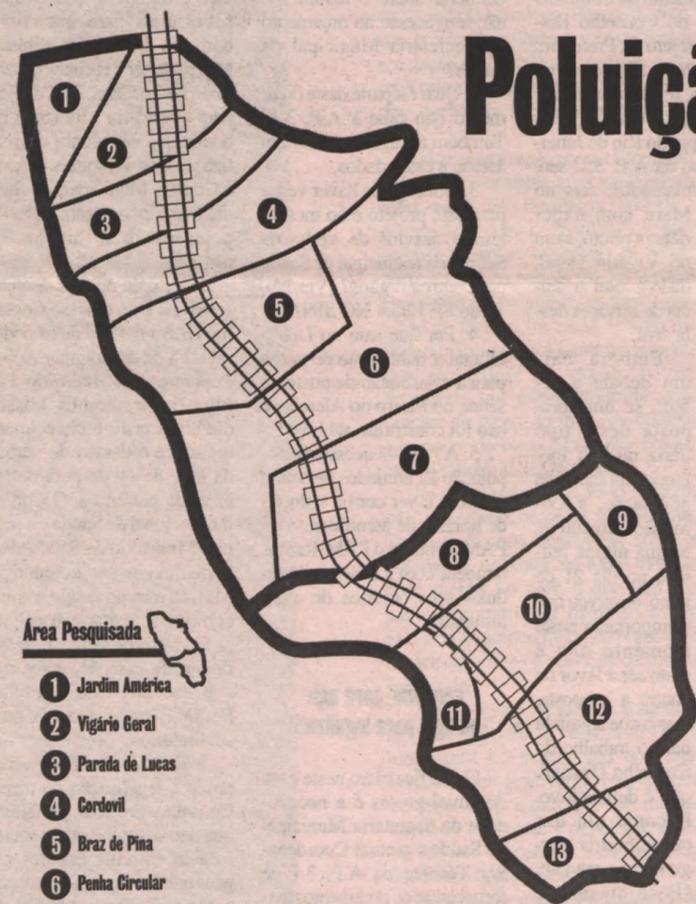
condições do ar que respira, bastando contar com um sistema de informações ambientais eficiente e de fácil acesso.

O CEPEL está realizando a pesquisa "Reconstrução Histórica da Região da Leopoldina". Apresentamos aqui parte das informações desta pesquisa, que se referem à caracterização ambiental e geográfica da região. Ressalta nos dados levantados, a demonstração de que o ar que se respira na Leopoldina vem piorando a cada ano que passa sem que medidas de impacto sejam tomadas no sentido de melhorá-lo.

Rosely Magalhães de Oliveira

Problemas que estão no Mapa" é uma seção que divulga os dados das pesquisas realizadas pelo CEPEL. Já foram publicados alguns resultados nos seguintes números do SE LIGA NO SINAL:

- SANEAMENTO BÁSICO (Nº 4 E 6)
- ESCOLAS (Nº 7 E 8)
- RECLAMAÇÕES POR SERVIÇOS BÁSICOS (Nº 5)
- ESCOLAS (Nº 9)
- HABITAÇÃO (Nº 10)
- RENDA FAMILIAR (Nº 11)
- GRUPO SEMENTINHA (Nº 12)
- UNIDADES DE SAÚDE (Nº 13)
- VIOLÊNCIA (Nº 14)
- EDUCAÇÃO E SAÚDE (Nº 15)
- LAZER (Nº 16)



Área Pesquisada

- 1 Jardim América
- 2 Vigário Geral
- 3 Parada de Lucas
- 4 Cordovil
- 5 Braz de Pina
- 6 Penha Circular
- 7 Penha
- 8 Olaria
- 9 Maré
- 10 Ramos
- 11 Morro do Alemão
- 12 Bonsucesso
- 13 Mangueiras

Poluição na Leopoldina: os problemas que estão no ar

Poluição provocada por indústrias e veículos é a mais grave do município e não tem controle e fiscalização.

Município do Rio de Janeiro



Região da Leopoldina (em destaque nesta página)

RECORDES DA MÁ QUALIDADE DO AR JÁ TÊM 10 ANOS

Estudo realizado pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente) no período de 1984 a 1987 verificou que a pior qualidade do ar, no que se refere às médias anuais para partículas em suspensão, foi registrada na estação de Bonsucesso:

- 182 microgramas/metros cúbicos em 1985 e
- 189 microgramas/metros cúbicos em 1988 (o limite tolerável é de 80 microgramas/m³)

O padrão de 24 horas, que não deveria ser ultrapassado mais de uma vez por ano, foi violado no município do Rio de Janeiro 123 vezes no período 1984/87. O maior número de violações ocorreu em Bonsucesso: 25 vezes.

O percentual de violação dos padrões de partículas sedimentáveis na estação de Bonsucesso foi de 91%, enquanto em Copacabana foi de 76% e Campo Grande (51%). Segundo a FEEMA "observou-se, ainda, uma certa uniformidade nos valores encontrados em Bonsucesso, apesar de também apresentar uma tendência crescente. Fato que indica uma continuidade da fonte de emissão e uma ampliação temporal de seu impacto sobre a qualidade do ar."

(Fonte: FEEMA, Qualidade do Ar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 84/87, junho-1989.)

Avaliação realizada entre os anos de 1980 e 1987, o número de violações dos padrões de qualidade do ar em Bonsucesso, em termos de partículas em suspensão, chegou a 97 vezes.

(Fonte: Jornal do Brasil, de 23 de julho de 1991.)

Entre 1976 e 1986 a poluição máxima (medida em termos de média anual) na região de Bonsucesso ficou acima de 230 microgramas/m³ em 8 dos 9 anos estudados. A poluição média (estimando-se em termos de médias anuais) ficou acima do limite recomendado para poluição máxima em dois anos, sendo que a Organização Mundial de Saúde recomenda que não haja mais de uma violação por ano.

(Fonte: "Mortalidade Infantil por Pneumonias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 1976 a 1986". Tese de Mestrado apresentada por Milena P. DUCHIADE, em 1991. Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.)

NECESSIDADE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO JÁ ERA APONTADA NOS ANOS 60

Já na década de 60 alguns bairros da Leopoldina eram apontados por técnicos do Instituto de Engenharia Sanitária/Secretaria de Obras Públicas do Estado da Guanabara como problemáticos em relação à poluição do ar.

Medições de partículas sedimentáveis e óxidos de enxofre, no período de maio de 1967 a abril de 1968, já indicavam as regiões de Bonsucesso e Mangueiras como "áreas fontes" destes poluentes. Demonstravam, ainda, a influência dessas "áreas fontes" em outros bairros da região. Na mesma época, os técnicos indicavam que tanto as "áreas fontes" como as "áreas de influência" deveriam "ser enfatizadas para um programa de controle de poluição."

(Fonte: "Poluição Atmosférica no Brasil". Documento apresentado no Seminário Latino Americano de Poluição do Ar, 1968. Governo da Guanabara)



A POLUIÇÃO DO AR CAMINHANDO PARA O SÉCULO 21

Faltando 5 anos para o século 21, o que se verifica nos dados apresentados pela FEEMA para elaboração do Plano Diretor da cidade é que o ar de diversas áreas da Leopoldina, bem como de áreas vizinhas encontra-se saturado em termos de poluição por partículas em suspensão e dióxido de enxofre:

REAVALIAÇÃO DOS GRAUS DE SATURAÇÃO DE POLUIÇÃO DO AR, EM 1990 - FEEMA

ÁREA	PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO	DIÓXIDO DE ENXOFRE	GRAU DE SATURAÇÃO DO AR
Acari/Vigário Geral	saturado	saturado	saturado
Bangu	em vias de saturação	em vias de saturação	em vias de saturação
Bonsucesso/Penha	saturado	saturado	saturado
Del Castilho/Inhaúma	saturado	saturado	saturado
Guadalupe	saturado	saturado	saturado
Projeto Rio	saturado	saturado	saturado
São Cristóvão	saturado	saturado	saturado
Fazenda Botafogo	saturado	saturado	saturado

SATURADO: A CONCENTRAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS POLUENTES DO AR É SUPERIOR AO PADRÃO ESTABELECIDO
EM VIAS DE SATURAÇÃO: A CONCENTRAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS POLUENTES DO AR É NO MÁXIMO, IGUAL AO PADRÃO ESTABELECIDO.

(Fonte: "Diagnóstico Ambiental para Elaboração do Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro." IPLANRIO, 1991.)

GLOSSÁRIO: O QUE ESTÁ NO AR QUE RESPIRAMOS

Poluentes primários: são aqueles que permanecem na atmosfera da mesma forma que foram emitidos. Os principais são: partículas em suspensão, partículas sedimentáveis, óxidos de enxofre, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos e o gás carbônico.

Poluentes secundários: são aqueles poluentes do ar resultantes da interação dos contaminantes primários entre si. Dependendo das condições climáticas, os poluentes primários podem permanecer em circulação no ar até que uma mudança nestas condições favoreçam a ocorrência de reações químicas na atmosfera. Desta forma, os poluentes que foram inicialmente emitidos transformam-se em poluentes secundários. Eles são mais nocivos para a saúde do que os poluentes primários e de mais difícil controle.

Partículas sedimentáveis: são aquelas partículas que tem a capacidade de se depositarem, pelo fato de apresentarem pesos maiores que as partículas em suspensão.

Partículas em suspensão: tem como fontes principais de emissão os processos industriais, da névoa salina e da transformação de gás em partículas. São menores que as partículas sedimentáveis e permanecem em suspensão por períodos tão longos quanto menores forem as partículas. Seus efeitos sobre a saúde humana do tamanho, mas podem causar problemas pelo transporte de microorganismos e outras substâncias orgânicas e minerais nocivas à saúde. São elas que geralmente dão o aspecto nebuloso ou "cinzento" ao ar.

Óxidos de enxofre: são gases normalmente originários de veículos automotores a gasolina e a diesel, mas principalmente da combustão de produtos energéticos utilizados como combustíveis em indústrias. Dentre os óxidos de enxofre, o mais importante é o dióxido de enxofre que pode apresentar diversos efeitos sobre a saúde. Dependendo da quantidade presente no ar, os efeitos podem ir desde um simples incômodo pelo seu cheiro, irritação da garganta dos olhos quando as concentrações são mais baixas, até ser mortal quando ultrapassam concentrações entre 400 e 500 partes por milhão. Estudos da Organização Mundial da Saúde relatam que não existem provas conclusivas de que este gás provoque enfermidades respiratórias, porém foi encontrada correlação específica entre a incidência de óxidos de enxofre na atmosfera e o índice de mortes por enfermidades crônicas cardiovasculares e respiratórias.



PAPO DAS SEIS

Prevenção e Solidariedade na luta contra a AIDS

Todos têm direito à informação sobre a AIDS. Ela não é restrita a grupos de risco.

O CEPEL continua com o Papo das Seis itinerante, isto significa que ele está disponível para qualquer grupo organizado que queira discutir temas relacionados com a sua realidade (educação, saúde, cidadania).

No dia 19 de maio de 1994 aconteceu na Igreja Presbiteriana Unida, na Vila Proletária da Penha, numa promoção do CEPEL com o PROESO (Programa Ecuemênico de Educação Social), o papo sobre AIDS: Prevenção e Solidariedade. Os convidados foram a comunidade de Vila Proletária da Penha e o GAPA-RJ (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS). Representando o GAPA-RJ vieram a presidente Leandra Tellitu de Toledo e a psicóloga Cristina Castello de Sá.

Conversou-se sobre como a Aids continua se alastrando entre homens, mulheres e crianças e que desde o início dos anos 80 (quando foi identificada como doença transmissível, incurável e mortal) até hoje, continua alimentando velhos preconceitos e gerando novas discriminações.

O que, no início, se pensou ser restrito a grupos específicos de pessoas, no decorrer destes quase 15 anos, comprovou-se ser uma doença universal. Mesmo assim, a maioria encara a Aids como problema do outro, não seu.

Segundo o Boletim Epidemiológico (Ministério da Saúde/PNC-DST/Aids-1994), em 1984 havia 1 mulher para cada 125 homens contaminados, hoje, 1994, há 1 mulher para cada 4 homens contaminados e a faixa etária de maior incidência é de 25 a 39 anos. Diante desta informação e desta mudança no perfil da epidemia, não dá mais para ficar alheio a esta realidade.

Como enfrentar a AIDS

Há, pelo menos, duas atitudes que cada um de nós pode ter em relação à Aids. A primeira diz respeito à prevenção - que é o ato de se prevenir, de evitar, de se informar com antecedência. É de responsabilidade individual tomar cuidados em relação à Aids. É importante saber que não se pega o vírus da Aids de qualquer maneira, ele tem uma forma específica de se transmitir - através do sangue, do esperma e das secreções vaginais.

A segunda atitude é a solidariedade - que é a qualidade do solidário, que é aquele que é responsável pelo outro. A solidariedade não está pronta, nem aparece instantaneamente, ela é aprendida e desenvolvida.

Estamos desenvolvendo a nossa solidariedade quando: percebemos que a luta contra a Aids é uma luta coletiva e que somos parte deste coletivo; atentamos para todas as formas de preconceito e discriminação, inclusive as mais sutis, em relação ao contaminado/doente de Aids; lutamos pela defesa dos direitos humanos e civis, para garantir aos atingidos pela Aids uma melhor qualidade de vida e acreditamos que a Aids terá cura!

O GAPA-RJ tem sede na Rua Conde de Bonfim 377, cobertura 04, Tijuca, telefone 571 4141. Desenvolve um trabalho de apoio psicológico e aconselhamento aos soropositivos (contaminados), doentes e familiares e faz palestras de informação/prevenção de Aids em comunidades/grupos.

Lídia de Oliveira Lopes

Se sua comunidade/grupo/escola está interessada em promover um Papo das Seis, ligue para o CEPEL (Tel: 590 1998) pedindo informações.



ESTAÇÃO LEOPOLDINA

O lazer como direito da cidadania



Foto: Débora Garcia

Garantido por lei, o lazer tem que ser incorporado ao dia-a-dia.

No Brasil o direito ao lazer está definido pela Constituição Federal e ratificado por legislações complementares - estaduais e municipais. Entretanto, no dia-a-dia não são proporcionadas as condições para que o acesso ao lazer se democratize e seja realmente um direito de todos os trabalhadores.

É importante cobrar do Poder Público a formulação de políticas sociais e a realização de investimentos para que o direito ao lazer, formalmente já assegurado, seja uma realidade em nosso cotidiano.

O fato de o Poder Público não assumir integralmente suas responsabilidades no âmbito dos investimentos em lazer e cultura, é fruto de uma concepção que encara o lazer como uma questão de ordem privada. Assim, acredita-se que os indivíduos devem satisfazer suas necessidades de lazer através do consumo de produtos e serviços num mercado cada vez mais restrito a um pequeno número de cidadãos-consumidores. Por essa lógica, assistimos a proliferação de espaços privados de lazer e a conseqüente diminuição dos parques, das áreas verdes, e até mesmo dos espaços livres para jogos e brincadeiras.

Privatização do lazer exclui grande parte da população.

Apesar das dificuldades e da omissão governamental, no tempo e no espaço de lazer, podemos perceber a capacidade organizativa e a criatividade do povo ca-

rioca, nos barracões de blocos de carnaval e escolas de samba, nas festas juninas, nas festas religiosas, na pelada de fim de semana, ou mesmo no bate-papo do botiquim da esquina.

No mês de abertura da Copa do Mundo de Futebol centenas de ruas por toda a cidade foram enfeitadas de verde e amarelo, numa enorme corrente de apoio e solidariedade à seleção nacional de futebol. A Leopoldina não ficou para trás. Em Ramos, Bonsucesso, Olaria, Penha, muitos moradores doaram uma parcela significativa de seus tempos livres arrecadando fundos e trabalhando na ornamentação de suas ruas, que ganharam um novo e solidário colorido na torcida pelo Brasil.

Na continuação da torcida pelo Brasil, durante e depois da Copa do Mundo de Futebol, poderíamos marcar muitos e belos gols, nossa mais difícil disputa: a luta contra a fome, a miséria e o desemprego. Por que não aproveitar a organização dos comitês de ornamentação de ruas e ampliar os Comitês de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria?

A hora é essa! Não podemos perder a oportunidade e esperar a próxima Copa do Mundo. Quatro anos é muito tempo. E, além do mais, quem tem fome tem pressa.

Paulo Carrano

Professor de Educação Física. Mestre em Educação. Diretor do Departamento de Lazer e Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro



SAÚDE

Agentes de saúde de Manguinhos: consolidando o trabalho e buscando novos caminhos

Nos últimos meses a equipe do SINAL tem acompanhado o trabalho das agentes de saúde vinculadas ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ (ver SINAL nº 15). Recentemente, a atuação das agentes tem passado por mudanças, resultando tanto da situação de violência que tem dominado o cotidiano da população atendida (Complexo de Manguinhos) quanto pela decisão institucional em redirecionar a inserção das agentes no Centro de Saúde. Para discutir essas mudanças, o SINAL solicitou a manifestação das próprias agentes de saúde e do Diretor do Centro de Saúde, que responderam à pergunta acima.

NA SUA OPINIÃO, QUAL É O PAPEL DAS AGENTES DE SAÚDE NAS FAVELAS DO COMPLEXO DE MANGUINHOS?

Em busca de novos caminhos

Os Agentes de Saúde do Centro de Saúde Escola ENSP/FIOCRUZ têm diversos papéis no seu trabalho de interface-população-Serviço de Saúde nas comunidades do Complexo de Manguinhos.

Estes profissionais, em atuação no nosso Centro há 8 anos, exercem atividades importantes no nosso serviço, atuam ao mesmo tempo como Profissionais de Saúde participantes de uma equipe preocupada com a qualidade dos nossos serviços prestados, bem como usuário e morador da área, conhecendo como ninguém, pela sua própria experiência, os problemas do seu lugar de moradia (e de trabalho) como foi visto neste mesmo jornal no. 15 - ano 3 do Diagnóstico Participativo, elaborado por elas e coordenado por profissionais do Centro de Saúde Escola.

As suas atividades estão direcionadas principalmente para a saúde materno-infantil, porém sua atuação não se limita a esta área. Ao longo destes 8 anos realizaram visitas periódicas a todas as famílias da área que tivessem crianças menores de 5 anos. Com este procedimento de visita e acompanhamento foi possível uma ampliação da atuação do Centro de Saúde na comunidade. Com esta vigilância às crianças de Manguinhos, notamos nitidamente uma redução da utilização da sala de reidratação oral do Centro, visto que o trabalho educativo com distribuição de sais de reidratação oral (o soro) e a orientação de como preparar o soro caseiro permitem uma ação direta no local de moradia, mais precoce e com resultados melhores.

O acompanhamento feito a todas as gestantes da área, mesmo as que não fazem Pré-Natal no Centro de Saúde e as ações de Educação em Saúde através de grupos de mulheres e práticas de planejamento familiar são de grande valor, ampliando o nosso

horizonte de trabalho.

No momento, após estes 8 anos, estamos vivendo uma crise, que se tornou mais intensa após a suspensão temporária das atividades de visita domiciliar rotineira, em consequência das condições de segurança no trabalho desencadeado em toda Fundação Oswaldo Cruz, principalmente na ENSP, após o aumento do tiroteio na área.

Nesta ocasião pelo grau de compromisso com o trabalho destas Agentes de Saúde, novos caminhos foram buscados. Parte delas aderiu ao trabalho da "Universidade Aberta", projeto institucional da FIOCRUZ que visa a melhoria das condições de vida da população de Manguinhos através do intercâmbio academia-comunidade. E outra parte se vinculou a uma proposta de vigilância em saúde, com seu sentido mais ampliado, trabalhando mais estreitamente com o serviço de documentação e informação em saúde.

Como chefia, acredito que todos estes caminhos podem conduzir a uma prática de maior integração, permitindo um melhor "escutar" a comunidade. Esta troca também pode ser maior nos dois sentidos. No primeiro, conhecendo melhor as necessidades da população e no segundo permitindo que a população conheça as nossas limitações e o que podemos oferecer.

Espero que com este processo de construção, logo que reiniciarmos nossas visitas regulares possamos reforçar os papéis das Agentes de Saúde, mantendo as suas identidades profissionais bem como reforçando as suas formações, para que a dimensão deste trabalho possa, ainda mais, ser ratificado como integrador comunidade-serviço de saúde.

Antonio Sérgio A. Fonseca,
Diretor do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria ENSP/FIOCRUZ

Compromisso com a comunidade

O agente de saúde desempenha vários papéis no Complexo de Manguinhos. Citamos alguns:

Desenvolvemos trabalhos de Educação em Saúde com crianças menores de cinco anos, mulheres gestantes e não gestantes na comunidade de Manguinhos.

Na grande luta pela implantação deste trabalho e o reconhecimento que ele tem hoje, no momento, estamos lutando pra não perdermos a nossa identidade e seguir mantendo o nosso papel de agente de saúde que somos.

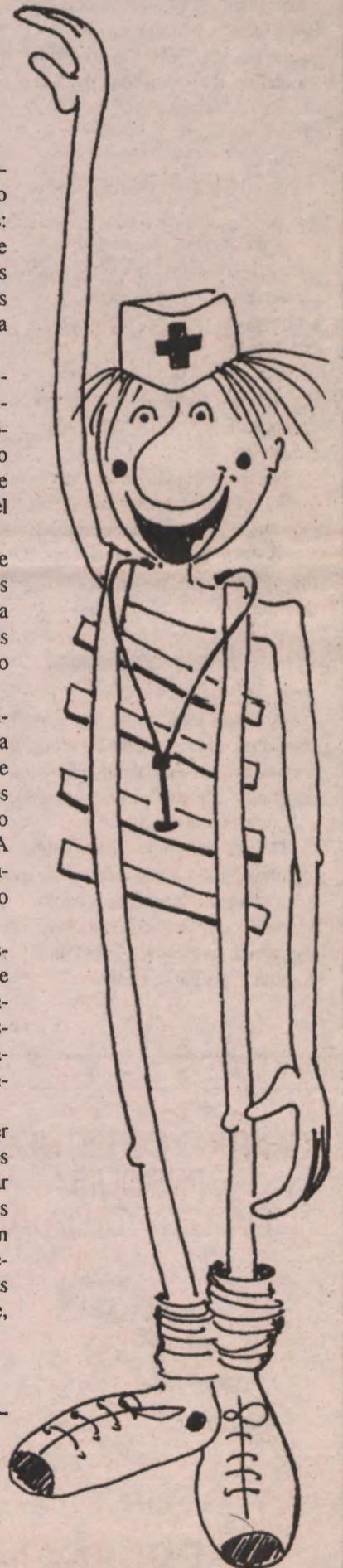
O papel maior dos agentes de saúde é o compromisso que temos com a comunidade. Sentimos na satisfação das pessoas atendidas o nosso trabalho valorizado (isto é muito gratificante).

Quanto ao interesse da população na barraquinha no dia da campanha de vacinação (11 de junho): é resultado de várias ações do nosso trabalho, ressaltando neste dia a saúde da mulher. A distribuição que fizemos do calendário da mulher foi um sucesso total.

Este calendário é um dos instrumentos do nosso trabalho de grupo saúde e reflexão que realizamos em espaços que conquistamos nas associações de moradores da comunidade de Manguinhos.

Se nós conseguirmos manter esta linhagem de trabalho temos idéias ambiciosas. Queremos dar à comunidade não só princípios de ações básicas mas também oportunidades de oferecer conhecimentos de terapias alternativas com relaxamento e, quem sabe, aulas de parto sem dor.

Marlene do Amor Divino de Assis, Wilma dos Santos Pereira, Edith de Mesquita Pereira e Jacirema de Moura Martins
Agentes de saúde de Manguinhos





FIQUE POR DENTRO

A Semana de Ramos

Painéis, exposições, concurso na gibiteca e bailes populares acontecem durante a Semana de Ramos, evento anual promovido pela Biblioteca Regional de Ramos em parceria com outras instituições da região, como o Sesc, Escolas Municipais, Rotary Club e Social Ramos Clube. As atividades, que acontecem durante a semana, têm o objetivo de resgatar a memória e a história do bairro de Ramos.

Casa de Pixinguinha

Abra os olhos, os ouvidos e o coração. Toda primeira sexta-feira de cada mês o Projeto Casa de Pixinguinha promove no Sesc de Ramos um espetáculo com artistas do *chorinho*, gênero musical que consagrou Pixinguinha como um dos maiores compositores da Música Popular Brasileira.

Na apresentação de estréia no mês de junho, o Projeto contou com a participação dos músicos Paulo Moura e Rildo Hora, homenageando o saudoso Pixinguinha que, por sinal, era morador de Ramos.

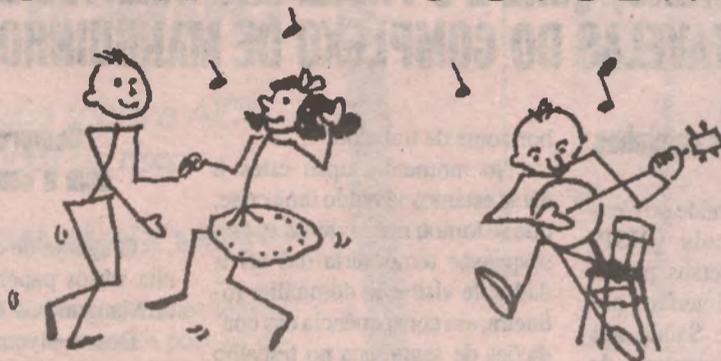
Arraiá da Leopoldina

As festas juninas, julinas e agostinas chegaram na Leopoldina de mãos dadas com o inverno, embalando as noites dançantes, regadas a muito quentão, canjica e batata doce.

O Sinal aproveita para divulgar algumas dessas festas e convidar os leitores a participar: Rua Joaquim Monteiro, em Brás de Pina, Rua Patagônia, na Penha, e Rua Paula Aquiles, na Vila da Penha.

A SEGUIR ALGUNS DOS EVENTOS DA SEMANA DE RAMOS.
MAIORES INFORMAÇÕES PELO TELEFONE: 270-6822

SEMANA DE RAMOS 16 A 24 DE OUTUBRO



DIA 17 DE OUTUBRO - 10:00 HS

• DESFILE OFICIAL DE ABERTURA

LOCAL: RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - RAMOS

DIA 18 DE OUTUBRO - 15:00 HS

• LANÇAMENTO DA 5ª EDIÇÃO DA GIBITECA

LOCAL: BIBLIOTECA POPULAR DE RAMOS

DIA 19 DE OUTUBRO - 14:00 HS

• HOMENAGEM A ESCOLA MUNICIPAL DILERMANO CRUZ

LOCAL: NA PRÓPRIA ESCOLA

DIA 21 DE OUTUBRO - 20:00 HS

• CLUBE DO CHORINHO - PROMOÇÃO "CASA DE PIXINGUINHA"

LOCAL: SESC DE RAMOS

DIA 23 DE OUTUBRO - 20:00 HS

• MISSA DO 108º ANIVERSÁRIO DE RAMOS

LOCAL: IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

• BAILE POPULAR COM A ORQUESTRA TABAJARA

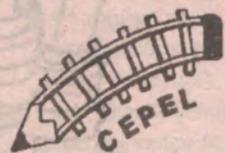
LOCAL: EM FRENTE À Xª R.A., NA RUA URANOS

Congresso em Recife discutiu a saúde coletiva

Aconteceu em Recife de 19 a 23 de junho o IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - IV CBSC, que reuniu cerca de 3800 profissionais, estudantes, dirigentes e usuários dos serviços de saúde. Durante o evento, foram realizadas 14 oficinas de trabalho, 15 cursos, 28 palestras, 36 painéis e 76 comunicações coordenadas. Representando o trabalho que desenvolve desde 1988, o CEPEL apresentou três comunicações coordenadas: "ONGs em Saúde: Apontando para a Monitorização e a Memória", de Victor Valla; "A Distribuição Desigual dos Serviços de Água e Esgoto no Município do Rio de Janeiro: o Caso da Região da Leopoldina", de Rosely Magalhães de Oliveira; e "Uma Experiência de Comunicação em Saúde: o Jornal SINAL (Sistema de Informações de Nível Local)", de Homero Teixeira de Carvalho. Foram apresentadas também duas pesquisas sobre as questões de saúde da Leopoldina: "Repensando o Modelo de Atenção Primária na Leopoldina (4o. DS/Rio-RJ)", de Valéria L. M. dos Reis, do Curso de Residência da Escola Nacional de Saúde Pública, desenvolvida através do CEPEL; e "A Experiência de um Conselho de Saúde Presidido por um Usuário", de Alberto José de Araújo, do Hospital Universitário/UFRJ.

O CEPEL participou também do I Encontro Nacional das Organizações Não-Governamentais da Área da Saúde, que contou com a presença de 22 entidades de todo o país. Nesta primeira reunião foi constatada a necessidade de uma articulação nacional das ONGs de saúde a ser concretizada através da ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, entidade promotora do Congresso de Recife.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DA LEOPOLDINA



RUA URANOS, 1.496/SALA 401
TEL./FAX: 590-1998
OLARIA - CEP: 21.060-070
RIO DE JANEIRO - RJ

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Caso você deseje receber gratuitamente o SINAL, preencha e remeta este cupom para o endereço do CEPEL citado ao lado.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

IDADE: _____ TELEFONE: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CEP: _____

CIDADE: _____

Se você quiser fazer uma assinatura de apoio para um ano, junte a este cupom, a quantia de R\$ 7,00.